

Três cenários

Com a confirmação do acordo com o FMI, o retorno quase certo da CPMF e os acontecimentos dos últimos dias, a confusão na área econômica se tornou menos confusa e é possível, embora ainda com muitos riscos, vislumbrar cenários menos embacados. Enxergo três, no momento.

No primeiro, o governo consegue atravessar, mesmo na corda muito bamba em que caminha, o precipício econômico à sua frente e avança na direção das metas divulgadas anteontem. Não serei eu a cobrar rigor milimétrico no seu alcance e é discutível o sentido de fixar precisamente metas como 16,8% para a inflação, 28,8% para a taxa de juros, 3,1% do PIB para o superávit fiscal primário, várias delas com vírgulas e decimais. A probabilidade de acertar precisamente esses números é praticamente nula e melhor seria adotar metas por intervalos ou bandas. No correr das contas, o importante será mostrar que se caminha rapidamente na direção de números não muito distantes dos apresentados e essa direção e o tempo do movimento serão mais relevantes, como critérios de avaliação, do que esses números em si mesmos.

Há várias condições favoráveis a esse cenário, em que as coisas dariam mais ou menos certo. O FMI colocou parte do empréstimo para o Banco Central atuar ocasionalmente no mercado do câmbio flutuante. Ou seja, por algum tempo o sr. Arminio Fraga terá garantido o fornecimento de balas para cumprir seu papel de xerife do mercado, ou de fichas para entrar no jogo deste. Só com a notícia, o outro lado recuou um pouco, até porque as balas ou fichas disponíveis para o mês de março superaram as saídas previstas para o mesmo período.



**Nem tudo
está perdido,
dá para
recuperar,
mas é preciso
ajudar
e confiar**

Confirmando o que escrevi aqui, a própria presença de Fraga vem-se revelando outro fator favorável. E mais: aqui ninguém quer saber do tango da reeleição de Menem; ao contrário do que aconteceu em alguns países asiáticos, não temos boas de ativos privados muito valorizados e prestes a explodir; os bancos vão bem, bem até demais, podendo

até perder um pouco; boa parte do setor privado com dívidas lá fora previamente se protegeu da desvalorização; os efeitos desta chegaram quando a inflação era muito baixa ou mesmo negativa, arrefecendo seu impacto; a balança comercial vai melhorar com o início das safras agrícolas e como efeito da desvalorização; o mercado de trabalho está com excesso de oferta e os sindicatos, mais preocupados com o emprego do que com reajustes de salários; o FMI já estava no barco quando a desvalorização veio, teve de a engolir e aceitar, a contragosto, uma revisão do acordo; Itamar Franco continua tendo confidentes, mas não inconscientes; alguma inflação, desde que não traga de volta a indexação, vai ajudar no ajuste fiscal dos vários níveis de governo, se estes não passarem o crescimento da receita nominal para mais gastos, em particular aumentando a folha de salários; e até aqui está predominando a clientela política e social por uma inflação baixa.

Há também aspectos desfavoráveis. O aumento das taxas de juros agrava fortemente o déficit público e só dá para aguentar uns poucos meses. Mesmo que o FMI não chateie – ele até endossa os juros altos e coloca como meta prioritária o superávit fiscal primário (aquele antes do pagamento de juros) –, é por aí a coisa po-

de melar, agravando a dívida pública e despertando a discussão sobre a capacidade de o governo sustentá-la. Isso para não recorrer a *despertáveis* ainda mais feios, como a moratória, o confisco ou o calote. Há também a baixa confiança no governo, aqui e lá fora. Se não revertida com resultados concretos, continuará alimentando insucessos acima de insucessos. Lá fora, essa falta de confiança tem como consequência principal a interrupção do crédito externo público e privado ao Brasil e a recuperação desse crédito é crucial para manter o fluxo de divisas necessário para evitar não apenas dificuldades de caixa, mas também uma desvalorização ainda maior. Tanto assim é que, resolvidos alguns problemas mais imediatos, Malan e Fraga viajaram com o objetivo de restabelecer parte do fluxo de crédito externo que existia no passado.

O leitor pode perceber que o parágrafo dos aspectos favoráveis é maior que o dos desfavoráveis, mas, individualmente, estes são muito mais fortes do que aqueles. De qualquer forma, ponderando uns e outros e o seu conjunto, não se pode negar que o governo e sua equipe econômica têm razoáveis chances de chegar próximos das metas, até porque já erraram tanto que já devem ter percebido que não dá mais para empurrar os problemas com a barra, a menos que pretendam ir para o lixo da História. Por isso mesmo, acho que esse cenário do mais ou menos certo pode de vingar, com uns 60% a 70% de probabilidade.

Dentro desse há outro cenário contido, o do risco de um descaminho dentro do sucesso, aliás, algo muito comum no Brasil. Se as coisas andarem bem por alguns meses, esse risco será o de achar que já se resolveram, deixar os ajustes de lado e bagunçar tudo novamente. Não vou atribuir probabilidade a esse cenário. Além de não querer importunar o leitor com exercícios de probabilidades conjuntas, considero-o tão detestável que va-

cilei em mencioná-lo. Fica, entretanto, a advertência.

Há ainda outro cenário detestável, este de menção inevitável, pois compõe, com o primeiro, o quadro geral. Nele a inflação sobe demais, o câmbio junto, a dívida idem, com os juros, as complicações de praxe e outras insólitas. A inflação muito forte ressuscita a indexação e a vaca vai para o brejo. Vejo hoje esse cenário com uns 30% a 40% de probabilidade. Aí será coisa para outro plano, Real 2 ou que nome tenha, com riscos até de inaugurar uma seqüência de sucessores, tanto de planos como de equipes econômicas.

Para todos nós – exceto a turma do quanto pior, melhor –, seria ótimo que tudo desse certo, até porque depois da tal década perdida, a dos anos 80, já se fala agora da década jogada fora, a que termina este ano. E você já pensou, leitor, chegar ao réveillon deste final de ano – que será o do ano 2000 –, com a cabeça carregada de outros desses pacotes fiscais, mas nunca finais, que voltaram a atormentar-nos desde 1997? Ou comemorar os 500 anos do Descobrimento ainda nesse imbróglio, conjecturando se não teria sido tudo um grande equívoco, culpando Cabral e a globalização lusitana?

Mesmo com essas probabilidades preliminares, que tecnicamente exigem revisão à medida que se conhecer melhor a direção seguida, serei tachado de pessimista pelos governistas mais empedernidos e de otimista pelos oposicionistas mais renitentes. Fico com o que considero mais realista: nem tudo está perdido, dá para recuperar, é preciso ajudar e confiar – ainda que não nesses números com vírgulas e decimais –, embora tudo seja muito difícil. Como dizem os gringos, estamos caminhando sobre gelo fino. E, como sabemos, sobre um lago de dificuldades represso e enchedo aqui mesmo no Brasil.